

**ENCONTRO BRASILEIRO DAS CIDADES HISTÓRICAS TURÍSTICAS E
PATRIMÔNIO MUNDIAL**

20 E 22 DE NOVEMBRO DE 2014, OLINDA-PE

CARTA DE OLINDA

As cidades brasileiras, reunidas no *Encontro Brasileiros das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial*, ocorrido em Olinda-PE, entre os dias 20 e 22 de novembro de 2014, com o objetivo de formular agenda com propostas estruturantes para as Cidades Históricas declaradas pelo IPHAN patrimônio nacional e aquelas reconhecidas pela Unesco como patrimônio mundial afirmam e aprovam o seguinte:

O Brasil vem ocupando espaços significativos no que refere-se à sua visibilidade nacional e internacional, viabilizada por grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, os quais já demandaram recursos vultosos para sua efetivação.

Como resultado desses investimentos, temos obrigatoriamente que alavancar o Turismo no Brasil, o que passa pela otimização na gestão pública voltada aos atrativos turísticos, onde insere-se fortemente o Patrimônio Cultural Brasileiro, sob pena de transferirmos aos turistas que nos visitam uma imagem negativa do país e perdermos a grande oportunidade de desenvolvimento do Turismo enquanto gerador de riquezas para as atuais e futuras gerações.

As Cidades Históricas se constituem em importante fator de desenvolvimento sustentável para o Turismo Cultural, e necessitam de políticas públicas sólidas e permanentes. Assim, buscamos o alinhamento de ações, a definição de uma pauta de reivindicações, a construção de uma agenda estratégica e a difusão do conhecimento de políticas públicas e de boas práticas relacionadas às Cidades Históricas do Brasil.

Considerando os objetivos da *Associação Brasileira das Cidades Históricas Turísticas (ABCHT)* e da *Organização Brasileira das Cidades Patrimônio Mundial (OBCPM)* de desenvolver o Turismo; apoiar, gerir, organizar e planejar estudos, pesquisas, projetos e eventos técnicos de interesse das Cidades Históricas; propor diligências junto aos poderes públicos, apresentando-lhes sugestões e alternativas,

auxiliando na tomada de decisões sobre o fomento do Turismo nas Cidades Históricas; divulgar os destinos, produtos e serviços turísticos das Cidades Históricas nos mercados nacional e internacional; promover o aperfeiçoamento técnico, visando a qualificação no desempenho de suas atividades; estimular a conservação das Cidades Históricas, fica aprovada a seguinte pauta de reivindicações:

1- Redução para 1,0 % da contrapartida obrigatória em convênios ou contratos com o Poder Público (Federal ou Estadual);

2- Priorização dos programas e políticas públicas dos Governos Federal e Estaduais para atendimento às cidades patrimônio nacional e mundial;

3- Programa permanente para promoção do Turismo Cultural no Brasil e Exterior;

4- Viabilização do PAC das Cidades Históricas (PCH) e ampliação para as demais cidades patrimônio mundial e patrimônio histórico nacional;

5- Ação junto ao Congresso Nacional no sentido da aprovação de legislação federal que garanta recursos financeiros regulares e permanentes com transferência automática (fundo especial, fração do FPM, nova contribuição/imposto ou de loterias), voltados à preservação, conservação e apoio à infraestrutura das cidades patrimônio mundial e patrimônio histórico nacional e

6- Reforma da Lei Rouanet, de forma a facilitar o fomento de projetos às cidades patrimônio mundial e patrimônio histórico nacional.

Fica aprovada também a seguinte agenda para 2015:

1- Apresentação ao Governo Federal dos projetos prioritários das Cidades Históricas e Patrimônio Mundial- evento a ser articulado com a Presidência da República, Casa Civil, Ministério do Turismo e Ministério da Cultura (Minc);

2- Levantamento de novos projetos, boas práticas e realização de visitas técnicas;

3- Realização de encontro em Brasília de apresentação dos programas e projetos do Governo Federal (Ministérios, Empresas e Bancos Públicos) priorizados para as cidades patrimônio mundial e patrimônio histórico nacional;

4- Estudo e articulação com a CNM de proposta de legislação federal que garanta transferência automática de recursos financeiros para as cidades patrimônio mundial e patrimônio histórico nacional;

5- Realização, juntamente com a CNM, de um diagnóstico econômico, social e de infraestrutura voltado para as cidades patrimônio mundial e patrimônio histórico nacional e

6-Apresentação da presente *Carta de Olinda* aos demais Poderes Legislativo e Judiciário (Superior Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União).

Olinda, 22 de novembro de 2014.